

# Os portugueses mortos na Guerra Civil de Espanha<sup>1</sup>

José Viriato Capela\*



Após a proclamação da 2.<sup>a</sup> República em 1931, a Sociedade e a Política Espanhola, iniciam ao longo do quinquénio que decorre entre 1931-36, uma etapa de ativas e profundas transformações. Reergue-se então o facho das ideias e ideários republicanos, num programa de retoma de antigos e novos projetos e ideais, suspensos e bloqueados. E valorizam-se como se valorizarem os resultados efetivos das realizações republicanas passadas, as utopias e expetativas eram elevadas. A Sociedade e Política galega, tal como outras regiões de Espanha, iniciam então uma etapa de ativa ação política, politização e movimento social, pela República, pelas autonomias, aqui em território da Galiza, pelo ideal e projeto da construção de uma Nação e República Galega.

---

\* Presidente da Casa Museu de Monção.

Esta etapa de história política e social de Espanha, teve um significativo impacto em Portugal e também na região minhota, onde os factos e eventos da história e vida peninsular e hispânica, ganham neste século XX uma grande repercussão e sempre são discutidos e até vividos intensamente. Desenvolvem-se por então também mais intensamente entre Portugal e Espanha, os contatos culturais e académicos, que performatizam relações de pertença ao mesmo espaço geográfico e cultural Ibérico e os de proximidade e contiguidade geográfica, assentes em intensos contatos humanos e sociais entre regiões periféricas, em busca de soluções mais amplas e integradas para as respetivas comunidades.

É sob a crise económica e social que por então se desenvolvem e aprofundam os intercâmbios entre a região minhota e galega, sobretudo em busca de trabalho e empregos. É de facto em face da crise de emprego e trabalho em Portugal, no pós – 1.ª Guerra Mundial, que cresce o volume da emigração de portugueses para a Galiza, em resultado do surto de obras públicas e urbanas e da construção de caminhos-de-ferro, que dão trabalho e emprego mais continuado. Avoluma-se agora o movimento migratório do Norte de Portugal para o território galego que aprofunda o fluxo de relações mercantis e piscatórias e de contrabando que historicamente se realizam entre ambos os territórios, com movimentos regulares e pendulares para ambos os lados, ainda que mais extensos e prolongados pela faixa marítima e pesqueira. No que diz respeito ao trabalho sazonal, encerra-se agora para alguns emigrantes o chamado ciclo do “voo da andorinha” e integram-se agora estes novos emigrantes de uma forma mais duradoira ou definitiva nas comunidades galegas. Esta nova emigração faz os emigrantes integrarem-se mais ativa e profundamente na sociedade galega. E muitos portugueses participam mesmo do mundo obreiro e operário galego e nas suas organizações políticas e sindicais, neles intervindo e fazendo as pontes com os movimentos portugueses, se é que não incentivando-os.

O convívio cultural intensifica-se também entre individualidades, instituições e círculos de diferentes polos das terras minhotas (e Norte de Portugal) e Galiza, do Porto à Corunha, de Lugo, Ourense, Santiago aos diferentes polos e círculos culturais dos mais dinâmicos polos cívico-urbanos do Norte de Portugal (Viana, Ponte de Lima, Braga e Amarante). É um intercâmbio, um convívio que pretende contribuir em conjunto para a análise das questões e problemas políticos e culturais que se põe às duas grandes comunidades e povos Ibéricos – minhotos

e galegos – e refletem também sobre as difíceis realidades económicas e sociais dos seus povos, submetidos a idênticos obstáculos, de onde relevam as condições que são responsáveis pelo seu atraso económico e social. É um diálogo que agora ultrapassa os tradicionais e arcaicos veículos e instituições de comunicações entre ambos os povos (sobretudo políticos e académicos) e se alicerçam em relações mais livres e críticas, assentes muitas delas em instituições e movimentos sócio culturais de grande afinidade intelectual, onde a marca e feição regionalista está muitas vezes presente.

Neste quadro, promovem-se agora mais intensos contatos e convívios culturais e promovem-se então importantes encontros entre as elites e centros e agentes culturais galegos e as do Norte de Portugal, de que a Semana Cultural Galega que teve lugar no Porto em 1935, constitui o ponto mais alto deste novo relacionamento cultural. Neles certamente para além das matérias culturais, linguísticas e históricas, muito tratadas, não eram estranhas as respeitantes a matérias políticas e sociais que interessam à reflexão sobre a Sociedade e Economia galega e portuguesa neste tempo de agudas polémicas e fortes debates a que os horizontes culturais do Socialismo e da República do Regionalismo e Autonomismo dão mais amplo horizonte. Está presente a vontade reformista e revolucionária pela ação política e cultural tirar o povo e a terra galega do mais profundo miséria e atraso, de que o quasi feudalismo agrário era principal responsável. Esta é uma temática e problemática que pela sua contiguidade e paralelismo interessa também Portugal e a região minhota, cujas discussões são bastante seguidas entre nós.

No plano político e nacional, o governo de Lisboa, segue atentamente os desenvolvimentos da República em Espanha. O reforço da ditadura Salazarista pós 1933 – em correlação com a vitória das Direitas desse ano em Espanha – torna este olhar ainda mais atento, atendendo inclusive que se tornam mais ativos os movimentos de dissidentes e opositores políticos nos regimes de ambos os países agindo algumas vezes em conjunto. Sob a atitude de prudente neutralidade, o governo português vai fazer jogar a seu favor os desenvolvimentos da política ditatorial franquista com que se sente fortemente irmanado, mas mantendo a equidistância necessária à mais clara afirmação da independência nacional, face a alguns rumores de veleidades de expansionismo conquistador do nacionalismo espanhol.

Conhecemos hoje melhor como ao nível da Imprensa portuguesa se seguiram os desenvolvimentos da política Republicana em Espanha golpe militar e reação ditatorial franquista, em particular o impacto que teve a discussão então fortemente acalentada do Estatuto de Autonomia Galega, quer pelos jornais afetos e porta-vozes da Ditadura Salazarista, quer por outros que dela se iam conservando de algum modo independentes. Tal é possível seguir pelo livro de Norberto Cunha – *A autonomia Galega na Imprensa Periódica Portuguesa (1931)*, editado pela Casa Museu de Monção da Universidade do Minho, em 2007<sup>2</sup> cuja edição se inscreve justamente neste esforço de melhor conhecimento das relações políticas entre Portugal e a Galiza neste período histórico<sup>3</sup>.

Como por aí se pode seguir esta luta pela autonomia galega teve impacto relativamente limitado na Imprensa portuguesa, certamente por razões de controlo político da comunicação e imprensa, mas também porque em Portugal, as fraturas regionais são pequenas e as reivindicações autonómicas praticamente inexistentes. Então, como se sabe, o vago regionalismo que por esse tempo percorre a Sociedade Política e as Províncias portuguesas que busca pelo desenvolvimento regional a luta contra as desigualdades regionais não deixará mesmo de ser usado pelo poder político como instrumento de fortificação e reforço nacional e Nacionalista, pelos instrumentos da centralização e coordenação económica.

Mas em contrapartida, o golpe e pronunciamento militar Franquista de 1936, em grande medida em resultado das eleições favoráveis à esquerda – as direitas estavam no poder desde 1933 – que depôs o governo e as instituições da República e abre 3 anos de Guerra Civil, teve naturalmente grande impacto em Portugal. Os episódios da Política e da Guerra Civil têm agora na Imprensa um dos corpos maiores e mais extensos do seu embate, noticioso e propagandístico, tendo-se veiculado por aí as posições, as ideias e valores favoráveis às partes. A luta pelo domínio da Imprensa é por isso um dos mais importantes campos de batalha para afirmar posições e conquistas. A propaganda favorável aos vencedores é agora a mais amplamente transmitida. Esse era aliás um processo geral à informação mundial e europeia. Ernest Hemingway em Espanha nestes anos da Guerra, por 1939 começa a escrever *Por Quem os sinos dobram*, epopeia a Guerra Civil, refere-se ao mesmo processo de distorção levado a cabo pela Imprensa Americana, na sequência da derrota dos Republicanos espanhóis.

A imprensa portuguesa não foi estranha a esta propaganda e transmissão da informação política dos eventos da política e guerra civil espanhola favorável à Ditadura e Franquismo. Desde logo nos termos que a Imprensa Portuguesa de um modo geral relata os episódios do golpe militar em Espanha, em que acusa sistematicamente aos governamentais republicanos – agora cada vez mais vão subsumidos a comunistas e anarquistas – do monopólio da prática das mais ferozes atrocidades, violências, crimes e assassinatos que, dará o tom à distorção que para o futuro é regra dos relatos e crimes da guerra, numa transferência de responsabilidades que se torna arma de propaganda contínua, contra a República, os republicanos, comunistas e anarquistas.

O certo é que a sublevação militar de 1936 em Espanha deu origem a uma etapa de mais feroz perseguição política e social, de repressão, de fuzilamentos dos vencidos da Guerra à mão dos Tribunais Militares e muitos outros à margem dos poderes orgânicos e constituídos, mais ou menos pela calada da noite, cavando ódios políticos ou inimizades de diversa natureza. A propaganda facilmente iludia esta realidade se é que não lhe contrapôs a ação ou reação dos republicanos vencidos.

O relato dos atos praticados às mãos dos revoltosos vencedores tem uma História e uma Memória histórica largamente esbatida, falseada e distorcida que só tardiamente tem sido possível fixar e contar nos termos efetivamente praticados. Naturalmente com o fim da Ditadura em Espanha e de algum modo pela mais direta intervenção dos netos dos fuzilados que agora querem fixar a Memória “honrada” dos seus familiares mortos, a verdadeira e autêntica História e Memória dos factos efetivamente praticados começa a ser resgatada.

O poder político democrático em Espanha daria abertura pós 2002 ao processo de resgate do que regista como «dever da sociedade democrática de proceder ao reconhecimento moral de todos os homens e mulheres que foram vítimas da guerra civil espanhola, assim como de quantos padeceram mais tarde a ditadura franquista». Para tal efeito será publicada a “Lei da Memória Histórica”, aprovada pelo Congresso dos Deputados de 2004. Conhecemos de algum modo as vicissitudes e caminhos da evolução da aplicação do processo judicial sobre esta matéria, com altos e baixos.

As Associações de Recuperação da Memória Histórica e outras entidades cívicas e políticas têm-se desdobrado com iniciativas e investigações com vista à fixação da autêntica e verdadeira História e Memória da Guerra Civil de Espanha. É notável também o trabalho dos historiadores de História Contemporânea (e não só) das Universidades Galegas, que neste contexto e face à abertura dos arquivos públicos, judiciais, militares (Regulamento de 2008 de acesso aos registos civis) tem permitido fixar esta Memória Histórica da Guerra Civil. De registar os programas de investigação levados a cabo nos meios académicos, desde logo os da Faculdade de História de Ourense e os apoiados por diferentes convénios e projetos com as Deputações Provinciais e Junta da Galiza. E de salientar o projeto “Nomes e Voces” da Universidade de Santiago (2006) que desenvolveu uma metodologia de trabalho aplicada a toda a Galiza, de que vem publicando amplos resultados e interagindo com outras Universidades de Espanha e também com Portugal como é o caso, como Instituto de História Contemporânea do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa e ISCTE.

O melhor conhecimento e divulgação destes factos históricos levou-nos a promover na Casa Museu de Monção, em colaboração com os historiadores galegos e portugueses da temática, uma jornada histórico-cultural para aprofundamento e melhor conhecimento no que diz respeito ao envolvimento nele de portugueses. Está em causa em primeira mão, conhecer e «resgatar» também entre nós esta Memória e Factos históricos. Mas que é também uma jornada cívica e cultural que interessa à História e Memória comum dos nossos povos<sup>4</sup>.

Figuras de referência do projeto de investigação “Nomes e Voces” entre outros investigadores da História Contemporânea Espanhola e Portuguesa, e da Guerra Civil Republicana e Franquismo vieram dar o seu contributo para esta discussão que hoje aqui levamos a cabo.

Registamos em especial a presença dos Professores Dionísio Pereira e Prof. Lourenzo Fernandez Prieto, da Universidade de Santiago de Compostela, que nos disponibilizaram primeiro a informação sobre os portugueses em Espanha fuzilados no Levantamento Militar de 1936. E também à antropóloga Prof. Paula Godinho da Universidade Nova de Lisboa que aos temas da memória histórica, do conhecimento da cultura dos povos e comunidades de fronteira,

tem dado um contributo científico importante. E também do Prof. Fernando Rosas, da Universidade Nova de Lisboa e Presidente do Instituto de História Contemporânea que teve a lembrança e fez a proposta da realização deste encontro e promover esta homenagem a quem devemos um agradecimento também especial. E fez os contatos com o Dr. Mário Soares para a participação nesta iniciativa.

Não podendo por motivos de saúde estar presente a esta evocação não deixou o Dr. Mário Soares de nos remeter um breve trecho sobre estes factos. Registo aqui o breve testemunho na carta que muito gentilmente nos enviou, onde nos informa porque contra a sua vontade não pode estar presente à iniciativa, como era sua grande vontade: «Tinha muito desejo de estar presente na cerimónia de homenagem às dezenas de portugueses fuzilados pelos franquistas durante a Guerra Civil. Eu já era um ser consciente nessa altura e vivi o que foi a Guerra Civil Espanhola. Visto que em minha casa, o meu pai, ouvia duas vezes por dia a Rádio Madrid, que estava nas mãos dos Republicanos e Socialistas. Por isso essa homenagem me é tão cara.»

Foi através do Doutor Fernando Rosas que contactamos a Associação Amigos da República de Ourense que muito contribuiu para esta iniciativa. Anualmente a Associação evoca em Ourense como o fizeram no mês de Abril, a Memórias das vítimas da repressão anti-republicana. Este ano evocaram em especial os portugueses mortos no golpe e levantamento de 1936. Esta ação da Casa Museu de Monção pretende estender aquela iniciativa ao território português porque nos diz particularmente respeito.

E porquê Monção e na Casa Museu de Monção da Universidade do Minho?

Porque faz parte dos estatutos da Casa Museu de Monção promover o diálogo com a cultura e com as terras vizinhas da Galiza, dada a particular localização da Casa e seus programas culturais. Não poderíamos naturalmente ficar indiferentes, nem deixar de corresponder ao repto da iniciativa da Associação e estudiosos galegos e portugueses, por uma temática de particular relevância e significado histórico, designadamente para as comunidades fronteiriças que tão intensamente viveram e conviveram com os episódios da Guerra civil e de modo tão conturbado marca a sua Memória. Esta iniciativa é relevante, não

só porque se trata do estudo de uma ação sobre portugueses em Espanha e na Galiza, aos quais não chegou que se saiba a solidariedade política portuguesa, mas também porque a investigação histórica portuguesa passava-lhe ao lado, sem embargo de mais intercâmbio científico e cultural que hoje se realiza entre as Universidades Portuguesas e também do Noroeste Peninsular, as instituições culturais e cívicas, galegas e portuguesas<sup>5</sup>.

Esta evocação histórica teve também uma forte componente de animação cultural e ação cívica.

Na animação cultural contamos com a participação do grupo dos Gaiteiros “Os Conxeiros” e do grupo cultural “Os Sinos da Sé” de Braga. Pelo grupo etno-musical de professores de Braga foi interpretado um conjunto de temas musicais próprios ao ambiente político-social e cultural contemporâneo aos assuntos evocados, de produção galega, castelhana e portuguesa.

A envolvente cívica, passou pela colocação de uma lápide com o registo dos nomes dos portugueses vítimas da Guerra Civil de Espanha e local simbólico, local de passagem entre Portugal e Espanha junto ao rio Minho. Esta foi o contributo da Câmara Municipal de Monção que deliberou sobre o sítio e colocação da respetiva placa Destaca-se aqui o papel da Câmara Municipal de Monção, na figura do seu Presidente, Dr. José Emílio Moreira co-participante nesta iniciativa, pelo modo como desde logo se disponibilizou para se associar a esta homenagem e fazer participar o município e terra de Monção nesta evocação. Esperamos que este monumento ajude a fixar a Memória traumática e violenta da Guerra Civil, seja um contributo para estímulo ao convívio e a tolerância política e social e de aproximação das comunidades galegas e portuguesa que têm uma História largamente comum.

A memória Histórica da repressão tem largo e difuso lastro por estas nossas terras de fronteira. Salvaterra, Lugo, Vigo, Rosal foram as terras aonde até mais tarde os Republicanos resistiram e onde os golpistas instalaram mais tarde a bandeira da Falange. Estas terras de fronteira minhota, galegos e portugueses testemunharam diretamente os dramas da Guerra Civil, mas também foram sempre o primeiro ponto de acolhimento às perseguições e represálias que de ambos os lados, ao longo da História se foram verificando ao tempo



das Guerras entre dois Estados ou das vicissitudes políticas e sociais que os regimes de violência e perseguição política foram impondo aos seus povos.

Este é também um tema e uma investigação a realizar, que se deve ter um lastro temporal e temático alargado, com o final inabalável da busca da verdade, nos seus mais diferenciados momentos e conjunturas temporais e históricas.

Esperamos que este encontro se repita e seja possível mesmo institucionalizar trabalhos regulares, a partir desta Casa e desta terra que quer ser um ponto de encontro do Minho e de Portugal com a Galiza para o tratamento destas temáticas e outros temas comuns Ibéricos, de que andamos tão alheados.

## Notas

<sup>1</sup> Intervenção do Presidente da Casa Museu de Monção/UMinho, Prof. Doutor José Viriato Eiras Capela, a 12 de Maio 2012 na abertura da sessão de conferências sobre o tema em epígrafe, na evocação feita pela Casa Museu de Monção aos portugueses mortos na Galiza durante a Guerra Civil de Espanha.

<sup>2</sup> Obra editada pela Casa Museu de Monção/Universidade do Minho e apresentada pelo Presidente do Conselho da Cultura Galega, Prof. Doutor Ramon Villares da Universidade de Santiago de Compostela.

<sup>3</sup> Mais uma vez agradecemos ao Prof. Doutor Norberto Cunha a oferta desta obra à Casa Museu de Monção que se distribuiu largamente nesta iniciativa e a sua colaboração para a sua realização.

<sup>4</sup> Julio Prada Rodriguez da Universidade de Ourense na sua Geografia da Repression Franquista en Galicia (2011), fixa os três objetivos e finalidades maiores éticas e morais deste «resgate» da memória das vítimas da repressão franquista: uma finalidade reparadora, incluindo deste ponto de vista da reconciliação; uma utilidade profilática e educadora, constituindo vacina para as gerações atuais face à intolerância, do sectarismo e ao fanatismo; uma finalidade libertadora, designadamente para o fim do livre exercício da opinião livre e contrária. Com ele concluiríamos que «Uma sociedade livre, democrática e solidária é incompatível com uma interpretação falseada do passado, seja de que signo seja».

<sup>5</sup> A cooperação interuniversitária para o Noroeste Peninsular, faz-se hoje, para além de outros quadros, no CEER – Centro de Estudos Euro-Regionais, que integra as Universidades da Corunha, Santiago de Compostela, Vigo, Trás-os-Montes, Porto e Minho que suporta projetos de investigação das Universidades deste espaço.